

A ECONOMIA DOMÉSTICA E A TEMÁTICA AMBIENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA OIKOS (1981-2021)

DOMESTIC ECONOMY AND ENVIRONMENTAL THEMATIC: A SYSTEMATIC REVIEW OF ARTICLES PUBLISHED IN OIKOS MAGAZINE (1981-2021)

ECONOMÍA DOMÉSTICA Y AMBIENTAL TEMÁTICA: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LOS ARTÍCULOS PUBLICADOS EN LA REVISTA OIKOS (1981-2021)

Jorge Luiz de Goes Pereira¹
Norma Nancy Emanuelle Silverio da Silva²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução das pesquisas sobre a temática ambiental no contexto da Economia Doméstica a partir dos artigos publicados pela Revista OIKOS: Família e Sociedade em Debate, no período de 1981 a 2021. A pesquisa classifica-se como descritiva e documental, realizada através de técnicas de investigação qualitativa. Para o levantamento dos dados, optamos pelo método de pesquisa de revisão sistemática, através de buscas em títulos, palavras-chave e resumos. Constatamos que, nesse período, as investigações estavam ligadas predominantemente às categorias específicas da Economia Doméstica, de modo que, dentre os 501 artigos publicados, 19 trabalharam a temática ambiental. Concluímos que, apesar das publicações da Revista Oikos estarem, predominantemente, direcionadas para a realidade do Estado de Minas Gerais, apresenta uma importante contribuição para o desvelamento das realidades socioeconômicas, culturais e políticas das localidades pesquisadas, estabelecendo um diálogo entre temas específicos, a temática ambiental e os desenvolvimentos sustentável e local.

Palavras-chave: Economia doméstica. Temática ambiental. Revista OIKOS.

Abstract

This paper aims at analyzing the evolution of research papers on environmental issues in the context of Home Economics within the articles published by OIKOS Journal: Family and Society in Debate, from 1981 to 2021. The research is classified as descriptive and documentary, carried out through qualitative investigation approach. For data collection, we chose the systematic review research method, by searching for titles, keywords and abstracts. We found that, in the covered period, investigations were predominantly linked to specific categories of Home Economics, so that, among the 501 articles published, 19 worked on environmental issues. We conclude that, despite the publications in Oikos Journal be predominantly directed to the reality of the State of Minas Gerais, it presents important contributions to the unveiling of the socioeconomic, cultural and political realities of the researched locations, establishing a dialogue between specific issues, environment, and sustainable and local development.

Keywords: Home economics. Environmental theme. OIKOS Magazine.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la evolución de la investigación en temas ambientales en el contexto de la Economía Doméstica a partir de los artículos publicados por la Revista OIKOS: Familia y Sociedad en Debate, de 1981 a 2021. La investigación se clasifica como descriptiva y documental, realizada a través de técnicas de investigación cualitativa. Para la recogida de datos se optó por el método de investigación de revisión sistemática, mediante búsquedas en títulos, palabras clave y resúmenes. Encontramos que, en este período, las

¹ Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). É professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atuando no Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH) e no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA) do Instituto de Agronomia (IA). E-mail: jolugope@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4985-7470>

² Doutoranda em Educação em Ciências na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e servidora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: normanancy@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4985-7470>

investigaciones estuvieron predominantemente vinculadas a categorías específicas de Economía Doméstica, por lo que, de los 501 artículos publicados, 19 trabajaron sobre el tema ambiental. Concluimos que, a pesar de que las publicaciones de la Revista Oikos están predominantemente dirigidas a la realidad del Estado de Minas Gerais, presenta un importante aporte para el desvelamiento de las realidades socioeconómicas, culturales y políticas de los lugares investigados, estableciendo un diálogo entre temas específicos. , el tema ambiental y desarrollo sostenible y local.

Palabras clave: Economía doméstica. Tema ambiental. Revista OIKOS.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental planetária é fruto da relação do Homem com a natureza, e sua origem está intrinsecamente vinculada ao modelo de desenvolvimento econômico instaurado no mundo após a Revolução Industrial, as guerras mundiais, e a globalização neoliberal, posto que esses impactaram negativamente o equilíbrio da natureza.

Desde meados da década de 1960, o mundo passou a discutir os impactos negativos da ação humana na natureza, debate que ganha força com o livro ‘Primavera Silenciosa’ de Rachel Carson, que denuncia o uso agrícola de pesticidas químicos e alerta para a necessidade de respeitar os ecossistemas, sob pena não só da sobrevivência do meio ambiente, mas da própria humanidade. Em 1965, “a expressão environmental education (educação ambiental) é ouvida pela primeira vez na Grã-Bretanha” (Dias, 2004, p. 33).

Nas décadas subseqüentes, impulsionados pelos grandes movimentos sociais ambientalistas, as discussões sobre a preservação ambiental passam a se materializar, como por exemplo, com as diversas conferências ambientais em nível internacional, que culminaram na assinatura de acordos entre as nações em prol da defesa do meio ambiente e das mudanças necessárias à relação homem x natureza. Esse debate chegou aos centros acadêmicos, sendo discutidos em várias revistas nacionais e internacionais, impulsionando as políticas ambientais e educacionais.

A primeira grande Conferência Ambiental foi realizada no ano de 1972, em Estocolmo/Suécia, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, com a participação de 113 países, dentre os quais, o Brasil. Esta conferência representa um marco histórico e político internacional sobre o debate em torno da problemática ambiental, que serviu de alerta para o mundo, propôs diversas ações e soluções para a preservação do ambiente, tal como o desenvolvimento da Educação Ambiental, bem como, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, que passou a ser a principal instituição internacional em defesa do meio ambiente (DIAS, 2004).

Em seqüência, o mundo vivenciou a realização de diversas outras conferências que marcaram a história dos movimentos sociais em defesa do meio ambiente, dentre os quais

destacamos o evento considerado um dos mais importantes: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Conferência Rio-92 ou Cúpula da Terra. Este contou com a participação de 170 países, anunciou a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente, criou um sistema de ação nomeado de Agenda 21, e recomendou a Educação Ambiental como uma forte estratégia de enfrentamento desse modelo de desenvolvimento (DIAS, 2004).

O Brasil participou das principais conferências internacionais e, paulatinamente, foi construindo seu arcabouço legislativo em defesa do meio ambiente. Destacamos algumas datas históricas: a) em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, primeiro órgão público federal responsável pela gestão do meio ambiente no Brasil (Dias, 2004); b) em 1981, foi promulgada a Lei nº 6.938, que instituiu a primeira Política Nacional do Meio Ambiente; c) em 1988, pela primeira vez na história do Brasil, a Constituição Federal dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, dispondo que

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Após a promulgação da CF/1988, diversas leis foram aprovadas objetivando regulamentar os preceitos constitucionais de proteção ambiental, tais como: Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998); Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985/2000); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010); Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012).

A problemática ambiental passou a ser tema de grande importância, a ser debatido em diversos espaços – social, político, econômico e, especialmente, educacional.

Neste aspecto, destacam-se os preceitos instituídos pela Política Nacional de Educação Ambiental, que prevê a inclusão da dimensão ambiental na educação, de forma articulada, integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (PNEA, 1999). Assim, a Educação Ambiental - EA passa a ser um dos mecanismos de enfrentamento da crise planetária e mobilizadora da necessária transformação da relação entre o homem e a natureza:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Neste cenário, questionamos de que forma a temática ambiental foi sendo integrada à pesquisa em Economia Doméstica? Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar e analisar o levantamento de artigos científicos cujos conteúdos relacionem a temática ambiental ao contexto da Economia Doméstica.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa classifica-se como descritiva e documental, realizada através de técnicas de investigação qualitativa. Para realizar o levantamento dos artigos científicos cujos conteúdos relacionem a temática ambiental ao contexto da Economia Doméstica, optamos pelo método de pesquisa de revisão sistemática (RS), por possibilitar a produção de uma visão geral sobre o tema pesquisado, a partir da identificação, análise crítico-reflexiva e síntese do conjunto de artigos publicados, ou seja:

A revisão sistemática (RS) é um método de síntese de evidências que avalia criticamente e interpreta todas as pesquisas relevantes disponíveis para uma questão particular, área do conhecimento ou fenômeno de interesse. Por se tratar de método explícito e sistemático para identificar, selecionar e avaliar a qualidade de evidências, as revisões sistemáticas são tipos de estudos produzidos por uma metodologia confiável, rigorosa e auditável. (BRASIL, 2012, p. 11)

O procedimento de revisão sistemática se realizou em 8 etapas, em uma adaptação as fases propostas por AKOBENG (2005):

- 1) Definição do problema de pesquisa: de que forma a temática ambiental foi sendo integrada à pesquisa em Economia Doméstica?;
- 2) Escolha da fonte de dados: Revista OIKOS: Família e Sociedade em debate;
- 3) Delimitação do lapso temporal da pesquisa: 1981 a 2021;
- 4) Seleção das palavras-chave para a busca: meio ambiente; crise ambiental; sustentabilidade ambiental; consumo consciente; resíduos; recursos naturais; biodiversidade; poluição; clima; ambiente e saúde; educação ambiental; preservação; agroecologia; legislação ambiental; relação sociedade-natureza;
- 5) Seleção de artigos pelo título, palavras-chave e resumo, de acordo com critérios de inclusão (presença da temática no título, resumo e palavras-chave) e exclusão (artigos em línguas diferentes do português ou fora do escopo da pesquisa);
- 6) Exploração do material a partir da leitura dos artigos selecionados, com transformação dos textos em unidades de análise;

- 7) Tratamento das informações: a análise interpretativa crítico-reflexivo dos artigos de forma sistemática, com base nas inferências e no referencial teórico norteador da pesquisa; e
- 8) Síntese do conjunto de artigos.

A opção por analisar os artigos publicados pela Revista OIKOS se deve ao convite realizado pela própria revista, que apresentou o interesse em uma avaliação histórico evolutiva da presença da temática ambiental nos 40 anos de sua existência.

A Revista OIKOS é fruto de um sonho profissional idealizado por membros da Associação Brasileira de Economistas Domésticos – ABED, reunidos no V Congresso Brasileiro de Economia Doméstica realizado em Pelotas/RS, em 1979 (ARAÚJO, 1981), que almejava contribuir para o debate e os estudos críticos científicos, a sistematização teórica, divulgação da produção científica, de modo a servir como fonte de consulta em um momento historicamente marcado pela insuficiência de literatura específica no Brasil (SIMONINI, 1981).

A Revista iniciou suas atividades no ano de 1981 com o título *OIKOS*³: *Revista Brasileira de Economia Doméstica*, na cidade de Viçosa/MG. A organização da revista iniciou com as seguintes seções: a) Apresentação; b) Editorial; c) Artigos (dedicada a produção científica); d) Comunicações; e) Instituições e personalidades; f) Publicações; e g) Notícias. Ao longo dos anos, essa organização estrutural sofreu ajustes e adequações, sem perder de vista seu objetivo original de ser veículo de divulgação da produção técnica e científica em Economia Doméstica.

No ano de 2017, foi assumida pelo Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa - UFV, cuja área de concentração é Família e Sociedade, razão pela qual passou a chamar-se *OIKOS: família e sociedade em debate*.

Em seus 40 anos de existência, a Revista OIKOS publicou 32 volumes, 71 números e um total de 501 artigos científicos⁴, bem como diversos outros materiais, dentre os quais as comunicações. Dos 501 artigos publicados, apenas 19 (3,72%) se enquadraram no escopo da presente pesquisa, ou seja, trabalharam a temática ambiental com integração à Economia Doméstica. A lista detalhada dos artigos selecionados e analisados no presente trabalho está descrita no Quadro 1.

Quadro 01 – Lista descritiva dos artigos selecionados

Vol	Nº	Ano	Artigos analisados	Título	Palavras-chave	Autores(as)
14	1	2003	1	A desorganização criadora: crise	Gestão ambiental;	SÁ, L. M.

³ Oikos tem raiz grega e significa casa, lugar onde se vive, família. (FERREIRA, 2010).

⁴ Dados obtidos no site da Revista Oikos: <https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/view/396>

				ambiental e educação.	Educação; Pensamento complexo; e Sustentabilidade	
	2		1	Análise da decisão de compra de alimentos e do uso e descarte de embalagens dentro de uma perspectiva ambiental.	Não apresentou	LOURES, A. R. M. SILVA, N. M. NETO, J. T. P. MARQUES, N. A. C.
16	2	2005	2	Avaliação perceptiva dos impactos da implantação de uma unidade de preservação sobre a qualidade de vida da população de seu entorno.	Não apresentou	MELO, D. L. M. LORETO, M. D. S. MARQUES, N. A. C. PEREIRA, J. R.
				As interfaces entre a qualidade da água, o estado de saúde e o perfil socioeconômico de membros familiares da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão do Lage, MG.	Não apresentou	SANTOS, V. K. M. LORETO, M. D. S. ALBUQUERQUE, M. A. MUNIZ, J. N. RIBEIRO, R. C. L.
17	1	2006	1	A economia doméstica no desenvolvimento sustentável: reflexões sobre os paradigmas contemporâneos.	Desenvolvimento sustentável; Economia doméstica; Qualidade de vida	ESMERALDO, G. G. S. L.
18	2	2007	1	A politização da agroecologia: uma reflexão crítica.	Extensão rural; Agroecologia; Agricultura industrial; Novo rural.	FIÚZA, A. L. C.; DOULA, S. M.; PINTO, N. M. A.; MONTEIRO, V. F. C.
	3		1	Atitudes dos estudantes universitários em relação à "simplicidade voluntária" e à preservação ambiental.	Consumo; simplicidade voluntária; e meio ambiente	SILVA, N. M. MACIEL, T. M. F.
19	1	2008	2	Lixo e trabalho sob o olhar de catadores de material reciclável em Ipatinga, MG.	Catadores de material reciclável; representações sociais; e lixo	OLIVEIRA, M. M. LUDWING, M. P. SILVA, P. F. G. GRIFFITH, J. J.
				Espaço doméstico e sustentabilidade: um olhar para os homens 'donos de casa'.	Desenvolvimento sustentável; masculinidade; e relações de gênero	PINHEIRO, Z. A. C. LUDWING, M. P.
	2	1	Concepção de crianças de 4 a 6 anos sobre o consumo de água: uma abordagem baseada no método clínico.	Criança - Desenvolvimento; Consumo de água; Método clínico.	FERREIRA, L. M.; BARRETO, M. L. M.; SILVA, N. M.; SOUZA, G. M. C.	

Quadro 01 – Lista descritiva dos artigos selecionados (continuação).

Vol	Nº	Ano	Artigos analisados	Título	Palavras-chave	Autores(as)
20	1	2009	1	Percepção das famílias sobre o desempenho do programa de saúde da família desde a perspectiva da vigilância ambiental.	Desempenho do programa de saúde da família; Vigilância ambiental; Percepção dos usuários.	SILVA, V. A.; LORETO, M. D. S.; COSTA, R. M. M.; BIFANO, A. C. S.
21	1	2010	1	Responsabilidade ambiental: percepção de consumidores quanto ao uso de sacolas plásticas em supermercados de Viçosa, MG.	Consumo; Meio ambiente; Responsabilidade social.	LELIS, M. G., FONTES, M. B. PINTO, I. R. LINHARES, A. M.
22	1	2011	2	A sobrevivência como foco: cotidiano e perspectivas de futuro dos catadores de materiais recicláveis.	Exclusão social. Catadores de material reciclável. Resíduos sólidos	OLIVEIRA, M. M.; LUDWIG, M. P.; SILVA, P. F. G.; GRIFFITH, J. J.
				Agroindústria canavieira e desenvolvimento local na percepção de diferentes segmentos sociais, Bambuí, MG.	Expansão Canavieira. Biocombustíveis. Desenvolvimento Local	BARBOSA, R. R.; LUDWIG, M. P.; LORETO, M. D. S.; SOUSA, J. M. M
23	1	2012	1	Percepção da legislação ambiental pelos pequenos proprietários rurais da micro bacia hidrográfica do Córrego do Grama, município de Coimbra/MG.	Legislação ambiental. Percepção. Proprietários rurais	SANT'ANNA, M. A. C. M.; LUDWIG, M. P.; LORETO, M. D. S.; OLIVEIRA, R. J.
24	2	2013	1	Os polos agroflorestais em rio branco, acre: uma análise a partir da sua viabilidade econômica e consumo familiar.	Sucessão. Assentamentos rurais. Polos Agroflorestais	SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C.
25	1	2014	1	A representação de crianças e adolescentes sobre conceito e formação dos resíduos sólidos.	Representação. Conhecimento social. Resíduos sólidos	SANTOS, E. C
26	1	2015	1	"Uns valorizam, outros discriminam": família e sociedade na percepção dos catadores de materiais recicláveis.	Catadores de materiais recicláveis. Sociedade. Família	ROLIM, R. S.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERNANDES, R.A.U.
30	2	2019	1	Política nacional do meio ambiente brasileira: uma análise à luz do ciclo de políticas públicas.	Políticas Públicas. Ciclo de Políticas Públicas. Política Nacional do Meio Ambiente	MARTINS SANTOS, P.; LORETO, M. D. S.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados obtidos no site da Revista OIKOS (1981-1921)

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Desde o início das discussões acerca da Revolução Industrial e dos descaminhos que o modelo econômico capitalista impôs a Humanidade, a academia científica, nas suas mais variadas áreas do conhecimento, vem se debruçando sobre o tema ambiental. A publicação do livro *Primavera Silenciosa (Silent Spring)*, de Raquel Carson, em 1962, e o trabalho publicado pelo Clube de Roma, chamado “Limites do Crescimento”, em 1972, com um forte viés ideológico catastrofista (vertente economista), já chamavam a atenção para a necessidade do controle do crescimento global (controle demográfico) e do capital industrial. Uma outra interpretação sobre a crise ambiental global foi a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo (vertente ambientalista), que se difundiu a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, quando a questão ambiental ganhou visibilidade pública. Portanto, o enfoque do Desenvolvimento Sustentável adquiriu relevância num curto espaço de tempo, e assumiu um caráter direto nos debates sobre os rumos do desenvolvimento (JACOBI, 1999).

A partir de 1987, com a divulgação do Relatório *Brundtlandt*, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, a ideia do Desenvolvimento Sustentável foi retomada, representando um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento. Esse relatório é resultado do trabalho da comissão *World Commission on Environment and Development*, da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtlandt e Mansour Khalid, daí o nome do relatório final (JACOBI, 1999).

Esses documentos impulsionaram a organização de grupos de pesquisas, centros de excelência acadêmica, programas de pós-graduação, estimulando a produção científica de diferentes matizes intelectuais sobre o Desenvolvimento Sustentável, com diferentes perspectivas ideológicas e dos mais variados temas (água, consumo, poluição, produção e tratamento de resíduos, produção de alimentos, gênero, geração, desenvolvimento local etc.), em diferentes realidades de todos os países do mundo, chamando a atenção para a relação entre o local e o global. Os trabalhos científicos passaram a chamar a atenção para os impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento capitalista em países ricos e pobres, demonstrando a urgência de uma nova racionalidade para o desenvolvimento, uma racionalidade ambiental (LEFF, 2009), e a relação entre desenvolvimento e qualidade de vida (SEN, 2010). De qualquer forma, os impactos do capitalismo excludente têm sido mais sentidos nos países em desenvolvimento e nos países pobres, como os da África e da América Latina, por exemplo, e atingem, preferencialmente, as mulheres, por exercerem um papel econômico fundamental para a reprodução social das famílias.

A partir dos anos 1980, a produção científica cresceu significativamente, alimentando o debate promovido pela Conferência das Nações Unidas (ECO-92), ocorrida com a presença de vários líderes no Rio de Janeiro. O resultado desse encontro foi a Agenda 21, que trouxe como marco a preocupação em conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental e justiça social⁵. Ao mesmo tempo, era realizada uma conferência internacional em paralelo, no Aterro do Flamengo (Rio de Janeiro), organizada pelas Organizações Não-Governamentais (ONG's), com presença de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outros), ativistas ambientais e pesquisadores de instituições públicas e privadas.

Os debates se multiplicaram por vários encontros, congressos, conferências nacionais e internacionais⁶. A produção de artigos científicos foi estimulada em todas as áreas do conhecimento sobre vários temas específicos (Administração, Engenharia, Ciências Sociais, Direito, Economia, etc.). Se realizarmos uma breve pesquisa na internet, encontraremos uma grande quantidade de revistas científicas, artigos científicos, grupos de pesquisa e pesquisadores individuais que dirigiram suas atenções para a questão ambiental, o que demonstra aumento da preocupação com a problemática ambiental. Isso contribuiu, e contribui significativamente, para a ampliação da compreensão da questão do Desenvolvimento Sustentável de forma multi, inter e transdisciplinar. Ainda assim, é complexo, mas não impossível, realizarmos uma pesquisa sobre a produção científica acerca de Desenvolvimento Sustentável no mundo (construção de indicadores bibliométricos); entretanto, isso nos exigiria muito tempo, o que não é o caso da nossa discussão⁷.

⁵ A adoção do conceito por organismos internacionais marca a afirmação de uma filosofia do desenvolvimento que, a partir de um tripé, combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica, como premissas da construção de uma sociedade solidária e justa (JACOBI, 1999).

⁶ Em 1997, realizou na cidade de Kioto, no Japão, a Conferência de Kioto, que resultou num protocolo assinado pelos representantes da ONU que previa a redução das emissões de gases do efeito estufa da década de 1990. Os EUA não assinou esse protocolo, pois o mesmo teria impactos sobre o processo de desenvolvimento econômico do mesmo. Em seguida, tivemos a Conferência Rio+10, em 2002. Essa conferência ficou conhecida como a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, aconteceu na África do Sul, na cidade de Johannesburgo. Os 189 países que participaram dessa conferência reafirmaram a questão do desenvolvimento sustentável e conservação de recursos naturais renováveis. Em 2012, realizou-se a Rio+20 que também ficou conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esta, assim como a ECO-92, foi realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa conferência, participaram 193 países-membros da ONU, o maior número até agora. E a última grande conferência internacional foi o Acordo de Paris em 2015. Sucessor do Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris teve como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa na camada de ozônio, com o adendo de manter o aumento da temperatura do planeta abaixo de 2°C nos próximos anos. Ele foi aprovado por 195 países em 2015. No acordo, o Brasil se comprometeu em diminuir a poluição e recuperar 12 milhões florestas para conter aquecimento global. Atualmente, no governo de Jair Bolsonaro, surgiu a possibilidade do Brasil deixar de ser signatário do acordo.

⁷ A construção de indicadores bibliométricos, elaborados a partir de publicações indexadas na Web of Science, permitiria identificar aspectos importantes da evolução e situação atual da produção científica da UFV, de outras instituições, regiões e países.

Ao consultarmos a base de dados da Plataforma Sucupira/CAPES para o triênio 2013-2016⁸ (BRASIL, 2021), encontramos um (01) periódico internacional indexado com a denominação Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development) e vinte e cinco (25) de Sustentabilidade Ambiental (Environmental Sustainability). Já nos periódicos nacionais observam-se títulos que envolvem as categorias Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade, os quais somam vinte (20) periódicos.

É importante destacarmos que esses periódicos envolvem várias áreas do conhecimento e que, segundo a classificação da CAPES, o que pode ser considerado periódico Qualis A1 para uma área pode não ser o mesmo para outra. Assim, os números apresentados acima representam somente o número de periódicos existentes, e não o número de áreas por elas utilizadas. Mesmo assim, nos dá a grandeza da importância que a temática meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade vem tomando nos cenários nacional e internacional. Além disso, outros periódicos que não possuem em seus títulos essas categorias também vêm se inserindo no debate científico, articulando a questão ambiental e sua sustentabilidade com temas específicos como, por exemplo, gênero, etnia/raça, consumo, família, etc. Esse é o caso da Revista Oikos da UFV. De modo geral, a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável já inclui, no seu bojo, a Sustentabilidade Ambiental, que, por ser um tema transversal, passa por todas as áreas do conhecimento e, portanto, faz crescer o interesse em realizar trabalhos teóricos, mas também de pesquisas aplicadas, modo como a questão do Desenvolvimento Sustentável vem sendo trabalhada localmente.

Como veremos na análise dos dados coletados, a produção da Revista Oikos relaciona a temática Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local ao trazerem em sua construção a aplicação de pesquisas locais, mais precisamente no Estado de Minas Gerais. Conforme informamos anteriormente, nosso objetivo aqui é tão somente analisarmos de que modos, em seus 40 anos de existência, a Revista Oikos vem contribuindo para o debate sobre meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como os seus desdobramentos locais, sem entrar no mérito do viés ideológico ou dos matizes intelectuais que orientam tais produções.

ANÁLISE E SÍNTESE DOS RESULTADOS

Ao analisar a produção científica publicada pela Revista Oikos, em seus 40 anos de existência, observamos que o periódico apresenta, entre seus conteúdos, resultados de

⁸ <https://sucupira.capes.gov.br>

pesquisas realizadas através do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa - UFV. A maioria dessas publicações é coletiva, o que denota sua ligação com grupos de pesquisas ou orientações de dissertações e teses.

Nos 19 artigos científicos analisados, o tema meio ambiente e sustentabilidade foram relacionados com temáticas tradicionais da Economia Doméstica que envolvem a família (casa, educação, nutrição/alimentação, qualidade de vida, gênero, consumo e agricultura familiar), de forma teórica e empírica, inter, multi e transdisciplinar. Outro fato que merece destaque é que os artigos estão relacionados aos contextos locais de diferentes regiões do Estado de Minas Gerais.

Após algumas décadas de muitos debates, movimentos ambientalistas, conferências internacionais sobre o meio ambiente, promulgação da CF/1988 e de uma vasta legislação brasileira cujo objeto era a defesa do meio ambiente, temos o registro do primeiro artigo da Revista Oikos tratando dos temas meio ambiente e sustentabilidade, no ano de 2003 (volume 14, números 1 e 2).

No recorte de 1981 a 2010, de um total de 21 volumes, apenas sete volumes apresentaram artigos com a temática ambiental, num total de nove artigos. A primeira publicação da Revista sobre meio ambiente foi a pesquisa “*A desorganização criadora: crise ambiental e educação*”, da autora Laís Mourão Sá (vol. 14, n. 1). A pesquisa discutiu o papel da Educação ante a crise ambiental, decorrente da insustentabilidade socioambiental do modelo civilizatório, e propôs “construir uma noção complexa de educação, com base em sua importância estratégica num contexto de mudança de paradigmas” (SÁ, 2003, p. 119).

O segundo artigo publicado (vol. 14, n. 2) foi o interessante trabalho intitulado “*Análise da decisão de compra de alimentos e do uso e descarte de embalagens dentro de uma perspectiva ambiental*”, que analisou a decisão de compras de alimentos e o destino final das embalagens desses produtos, face ao potencial de degradação dessas embalagens para o meio ambiente (LOURES *et al.*, 2003). Naquele volume, o editorial da Revista expressa sua intenção em incentivar contribuições científicas de áreas de conhecimento ainda pouco exploradas no periódico.

O editorial da Revista Oikos de 2004, volume 15, número 1, apesar de não apresentar nenhum artigo tratando da temática ambiental, nos chama a atenção por destacar as transformações do mundo moderno e a necessidade de uma análise sistêmica dessas transformações na formação do Economista Doméstico. Portanto, a problemática ambiental soma-se às preocupações do mundo privado e à necessidade do economista doméstico de inseri-la nos aspectos mais abrangentes da vida humana no século XX.

O editorial da Revista Oikos de 2005, volume 16, número 02, destaca o compromisso da Federação Internacional da Economia Doméstica - FIED (de 2005 a 2008) para “a promoção do desenvolvimento social justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável”, ao dar ênfase à questão da Segurança Alimentar e Nutricional e à Qualidade de Vida, assim como ao papel do economista doméstico na garantia desses direitos. Nesse número encontramos o artigo que discute a importância do acesso à água como forma de garantir a Segurança Alimentar “*As interfaces entre a qualidade da água, o estado de saúde e o perfil socioeconômico de membros familiares da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão do Lage, MG*” (SANTOS *et al.*, 2005). Também nesse número encontra-se o artigo que trata da “*Avaliação perceptiva dos impactos da implantação de uma unidade de preservação sobre a qualidade de vida da população de seu entorno*” (MELO *et al.*, 2005). É importante destacar que a temática da água é um dos assuntos mais importantes na discussão sobre sustentabilidade ambiental, da qual a formação e atuação do economista doméstico foi aos poucos se apropriando, se inserindo nos aspectos locais (desenvolvimento local), nacionais e internacionais, com ênfase nos aspectos socioeconômico e cultural.

Na Revista publicada no ano de 2006, volume 17, número 1, temos a pesquisa “*A economia doméstica no desenvolvimento sustentável: reflexões sobre os paradigmas contemporâneos*”, de autoria de Gema Galgani S. L. Esmeraldo, que analisou o conceito de desenvolvimento sustentável e sua introdução na Economia Doméstica.

No ano de 2007, volume 18, encontramos 2 artigos. O primeiro artigo, publicado no volume 2, “*A politização da agroecologia: uma reflexão crítica.*”, de Ana L. C. Fiúza *et al.*, analisou as políticas públicas de incentivo a agroecologia em contraponto a agricultura industrial, no contexto da extensão rural. O segundo artigo, publicado no volume 3, “*Atitudes dos estudantes universitários em relação à ‘simplicidade voluntária’ e à preservação ambiental.*”, de autoria de Neuza M da Silva e Tatiana M. F. Maciel, buscou analisar as atitudes de estudantes da UFV relacionadas às questões ambientais, ao consumo e ao estilo de vida.

Em 2008, o volume 19, número 1 da Revista, é totalmente direcionado à questão ambiental, destacando os problemas ambientais e a relação com a formação do economista doméstico, abrangendo a necessidade de se colocar a qualidade de vida dos indivíduos acima dos interesses econômicos que levaram a um modelo de desenvolvimento degradante do meio ambiente. A importância da gestão ambiental é traduzida como forma de garantir melhores condições de vida para as futuras gerações e da sustentabilidade do planeta. Segundo o editorial, nas competências do profissional de Economia Doméstica, “o olhar ambiental do economista doméstico contribuirá, de forma decisiva, para o sucesso de programas que

envolvam a gestão ambiental” (CORREA, 2008), sendo importante o investimento na formação do profissional nessa direção.

Apesar de toda ênfase do Editorial (vol. 19, n. 1) sobre a gestão ambiental, apenas dois artigos foram publicados naquele volume da Revista, a saber: *Lixo e trabalho sob o olhar de catadores de material reciclável em Ipatinga MG* (OLIVEIRA et al, 2008), e “*Espaço doméstico e sustentabilidade: um olhar para os homens ‘donos de casa’*” (PINHEIRO; LUDWING, 2008). De qualquer forma, nota-se o esforço da formação do profissional em Economia Doméstica em se inserir na discussão sobre sustentabilidade ambiental.

Em 2010 (volume 21, número 1), a Revista Oikos lança a publicação de uma variedade de temas, entre os quais, meio ambiente, relacionando-o ao tema do consumo e da sua responsabilidade. Na edição, encontramos o artigo “*Responsabilidade ambiental: percepção de consumidores quanto ao uso de sacolas plásticas em supermercados de Viçosa MG*” (LELIS, et al, 2010), que discute a percepção de clientes de um supermercado sobre a utilização de sacolas renováveis e biodegradáveis, sobre o interesse dos consumidores em mudar seus hábitos e práticas para esses novos tipos de embalagens. Essa é uma discussão fundamental nos dias atuais e que se transformaram em políticas públicas quando os supermercados foram obrigados, através de lei estaduais em alguns Estados brasileiros, de só oferecerem sacolas plásticas renováveis ou biodegradáveis.

No recorte de 2011 a 2021, do total dos 20 volumes publicados (do volume 22 ao 32), apenas cinco volumes apresentaram conteúdo com a temática ambiental, no total de sete artigos. Os temas tratados nesse período se deslocam do universo privado doméstico e se inserem cada vez mais nas discussões das políticas públicas, das questões sociais que envolvem a produção de resíduos, os catadores de material recicláveis, o desenvolvimento local sustentável e a legislação ambiental, não perdendo de foco a relação com o tema família.

Em 2011, o volume 22, número 1 da Revista traz os artigos “*A sobrevivência como foco: cotidiano e perspectivas de futuro dos catadores de materiais recicláveis*” (OLIVEIRA et al., 2011), e “*Agroindústria canavieira e desenvolvimento local na percepção de diferentes segmentos sociais, Bambuí, MG*” (BARBOSA et al., 2011). O primeiro artigo trata de um tema de extrema relevância para a sociedade moderna atual, uma vez que fala da perspectiva de futuro da árdua vida dos catadores de materiais recicláveis da cidade de Ipatinga, Minas Gerais, e o processo de exclusão social por que passam esses indivíduos. A cidade nasceu em torno da mineradora UNIMINAS, e seu desenvolvimento tem gerado grande quantidade de resíduos sólidos, que se tornaram uma possibilidade de sobrevivência para aqueles e aquelas que são invisibilizados nas políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, mas que

exercem uma função de suma importância que é a reciclagem de resíduos sólidos, tais como o papel. Na verdade, segundo as conclusões do artigo, trata-se de uma estratégia de sobrevivência relacionada à capacidade dos marginalizados que estão fora do mercado de trabalho de se inserirem de alguma forma nessa sociedade (economia marginal). Um tema extremamente relevante para o momento atual, em que a produção de resíduos tem atingindo números exorbitantes, e que, sem o devido tratamento, estes impactarão, direta ou indiretamente, no meio ambiente e na qualidade de vida da humanidade e da natureza.

Em relação ao segundo artigo, suas contribuições estão em torno da discussão da substituição de combustíveis fósseis pelo uso do álcool, levada a cabo pela expansão da indústria canavieira na região, como forma de possibilitar o desenvolvimento local da cidade de Bambuí, no centro-oeste mineiro, com a criação de vagas de empregos. Na verdade, pelos problemas apresentados, tais como aumento do custo de vida, da criminalidade e da poluição, essa expansão representa mais um crescimento econômico do que um desenvolvimento local, conforme conclui o artigo. Esse também é um tema importante na discussão ambiental pois o desenvolvimento de atividades econômicas, como a indústria do álcool, pode ser muito prejudicial ao meio ambiente, seja pelo processo de produção que gera substâncias poluidoras, seja pelo fato de que muitas dessas atividades que geram empregos, geram por outro lado, impactos sociais (doenças, criminalidade, subemprego, exército de reserva de mão de obra, aumento do custo de vida, como de alimentos e aluguéis, etc.). São realidades como essa tratada no artigo que evidenciam que não é possível falar de desenvolvimento sem levar em conta a sustentabilidade socioambiental da atividade econômica.

Em 2012, a Revista apresenta no volume 23, número 01, o artigo “*Percepção da legislação ambiental pelos pequenos proprietários rurais da microbacia hidrográfica do Córrego do Grama, município de Coimbra/MG*” (SANT’ANNA *et al.*, 2012). A pesquisa realizada pelo grupo de autores traz uma discussão sobre a visão dos pequenos produtores sobre os aspectos ambientais diante da legislação ambiental, e as informações dos produtores sobre os limites impostos por ela. Essa discussão trata da relação entre as experiências, os modos de vida dos produtores rurais e a preservação ambiental, uma relação nem sempre harmoniosa no Brasil. Contudo, no caso analisado pelos autores, há no local um projeto de preservação ambiental levado à frente pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER com parceria da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, sem comprometer a vida dos produtores rurais. Os autores chegaram à conclusão de que, apesar dos discursos dos produtores rurais estarem relacionados à preservação ambiental, existe um distanciamento

entre esses discursos e as práticas desenvolvidas na região, e que os produtores conhecem apenas aspectos pontuais da legislação.

Estudos de percepção ou representações sociais sobre meio ambiente são fundamentais para observarmos que universo simbólico orientam as práticas desenvolvidas pelos sujeitos de um determinado contexto social. Portanto, estudos de casos, como esse de Sant'anna *et al.* (2012), contribuem para a necessidade de aprofundamento no reconhecimento das realidades locais para a elaboração de propostas educativas rumo ao Desenvolvimento Sustentável.

Em 2013, volume 24, número 02, a Revista traz mais um estudo de caso: “Os polos agroflorestais em rio branco, acre: uma análise a partir da sua viabilidade econômica e consumo familiar” (SOUZA; FIÚZA, 2013). Como o próprio artigo informa:

A partir de 1990, os Polos Agroflorestais passam a ser implementados em Rio Branco, Acre, como uma alternativa de desenvolvimento sustentável e como uma política do Estado para amenizar os problemas de ordem social e ambiental no município (p.1).

O estudo revela a difícil condição econômica e de consumo das famílias assentadas que estão inseridas num polo agroflorestal. Elas sofrem privações que ameaçam suas condições de vida e há necessidade de ampliação de práticas holísticas que venham contribuir para a sucessão e a sustentabilidade dos Polos; também, outros aspectos como os políticos, sociais e ambientais devem fazer parte desse processo e não somente o econômico. Além disso, chama a atenção para a necessidade de acesso a serviços sociais básicos e um maior engajamento político dos assentados.

Nesse caso, a implantação de políticas públicas tais como os Polos Agroflorestais devem ser seguidas de outras políticas, já que o Desenvolvimento Sustentável passa, necessariamente, pela equidade social, pelos aspectos socioculturais, e pelo acesso aos serviços sociais básicos, que devem ser garantidos.

Nos volumes de 2014 e 2015, respectivamente 25 e 26, a Revista discute a questão dos resíduos e sua reciclagem. O artigo “A representação de crianças e adolescentes sobre conceito e formação dos resíduos sólidos” (SANTOS, 2014) traz uma interessante experiência com crianças e adolescentes na faixa etária entre 5 e 13 anos quanto à produção de resíduos sólidos e a execução de um projeto de educação ambiental a partir da representação desse público. A contribuição da proposta está em fazer com que, desde muito cedo, os indivíduos possam refletir sobre meio ambiente e a formação de resíduos, orientando sua visão de mundo e suas práticas sociais. Nesse sentido, a educação ambiental torna-se efetiva quando

trabalhada de forma dialógica, crítica, e inserida no processo de aprendizagem dos indivíduos desde tenra idade, na perspectiva de promover a almejada transformação socioambiental para um futuro sustentável.

Já o artigo “*Uns valorizam, outros discriminam: família e sociedade na percepção dos catadores de materiais recicláveis*” (ROLIM *et al.*, 2015), também analisa a percepção dos indivíduos e de seus familiares sobre resíduos e suas práticas em relação aos materiais recicláveis. Como o artigo informa, a prática de catadores de materiais recicláveis ainda é percebida de forma preconceituosa, tendo em vista que esses materiais são reconhecidos como lixo, algo sem valor, pelos familiares de alguns catadores. Assim, é preciso desenvolver trabalhos de conscientização sobre a importância dessa atividade econômica.

Essa visão preconceituosa da sociedade brasileira sobre a atuação dos catadores de materiais recicláveis coloca essas pessoas na invisibilidade social, apesar de cumprirem um papel importante, principalmente nos grandes centros urbanos. O Brasil gerou 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSUs) em 2018, uma média de 216.629 toneladas por dia. A atividade de reciclagem é revelada nos dados oficiais de 2019 (estimativas), que informam que o Brasil recicla cerca de 97% das latinhas de alumínio que são descartadas, mas que apenas 55% das garrafas PET são recicladas. Entretanto, o índice nacional de reciclagem é de apenas 3%, o que nos leva a concluir que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei que está prestes a completar 10 anos, segue à deriva, enquanto um valioso montante de possíveis matérias-primas acaba no lixo⁹.

Em 2019, a Revista publicou o artigo “*Política nacional do meio ambiente brasileira: uma análise à luz do ciclo de políticas públicas*” (SANTOS; LORETO, 2019), realizando uma análise bibliográfica e documental sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) no seu processo constitutivo, suas esferas de atuação e alcance – um trabalho de relevância científica, que contribui para difusão e debate das dimensões da PNMA, seus mecanismos internos de controle, valorização e conscientização, e alternativas de solução dos problemas ambientais. Segundo as autoras, nas suas conclusões,

a PNMA revela uma nova postura do governo brasileiro no trato das questões ambientais, já que, na perspectiva por ela trazida, a conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental não apenas é vista como possível, mas também desejável, sendo este o objetivo central em torno do qual se articula a política ambiental brasileira (SANTOS; LORETO, 2019).

⁹ Dados obtidos no site EcoDebate: www.ecodebate.com.br

Entretanto, as autoras ressaltam que apesar dos vários objetivos específicos, a PNMA carece de metas concretas para sua realização, seu monitoramento e avaliação de sua eficácia. Consideramos essa crítica contundente, tendo em vista o desmantelamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nos últimos anos pelo Ministério do Meio Ambiente, atendendo a interesses de grupos específicos, como os do agronegócio.

Antes de finalizarmos a análise da produção da Revista Oikos nesses 40 anos, precisamos ressaltar dois aspectos relevantes. O primeiro se refere às contribuições da Prof. Dra. Maria das Dores Saraiva de Loreto e Prof. Dra. Márcia Pinheiro Ludwig. As autoras se destacam com a produção de 6 e 5 artigos publicados, cada uma, respectivamente, em coautoria com outros profissionais. Portanto, a temática ambiental tratada na história da Revista Oikos passa necessariamente pelo interesse dessas intelectuais e seus grupos de pesquisa.

O segundo aspecto que se destaca está relacionado ao universo pesquisado pela Revista. Observamos que, a maior parte dos trabalhos publicados está relacionada ao Estado de Minas Gerais, portanto, dando ênfase ao desenvolvimento sustentável de seus municípios e suas localidades, principalmente rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidade da crise socioambiental vivenciada nos impõe o dever de transformações das relações entre homem-natureza-sociedade. Assim, consideramos o esforço ao longo dos 40 anos da Revista Oikos na perspectiva de integrar temáticas múltiplas ao escopo do periódico, tal como a temática ambiental ora analisada. Torna-se pertinente sugerir que seja estimulado, cada vez mais, o desenvolvimento de pesquisas que relacionem a Economia Doméstica com as questões ambientais, com o uso racional dos recursos e eliminação de desperdícios, o consumo consciente e sustentável, a destinação adequada de resíduos residenciais, dentre tantos outros temas importantes.

Apesar das publicações da Revista Oikos estarem, em sua maior parte, direcionadas para a realidade do Estado de Minas Gerais, a Revista Oikos apresenta importante contribuição para o desvelamento das realidades socioeconômicas, culturais e políticas das localidades pesquisadas, e estabelece diálogo entre temas específicos, temática ambiental, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

Por fim, nos seus 40 anos de existência, a Revista tem contribuído para o fortalecimento e a visibilidade do Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade

Federal de Viçosa – UFV e dos seus grupos de pesquisas, mas é preciso ampliar o escopo de publicações desse periódico com a inserção de estudos de outras regiões do Brasil e, quiçá, de outros países, inclusive com estudo comparativos e com outras experiências em curso, o que poderá contribuir para uma visão mais abrangente do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

AKOBENG, A. K. **Understanding systematic reviews and meta-analysis**. *Archi Dis in Child*. v. 90, pp. 845-848. 2005. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles>

ARAÚJO, Tânia. Editorial. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 2, 1981.

BARBOSA, Ronaldo dos Reis; LUDWIG, Márcia Pinheiro; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; SOUSA, Júnia Marise Matos de. Agroindústria canavieira e desenvolvimento local na percepção de diferentes segmentos sociais, Bambuí, MG. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 22, n. 1, p. 230-256, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados**. Editora do Ministério da Saúde: Brasília, 2012.

BRASIL. **Plataforma Sucupira/CAPES**. Brasília: Ministério da Educação. 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9ª Ed. Gaia: São Paulo, 2004.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. A economia doméstica no desenvolvimento sustentável: reflexões sobre os paradigmas contemporâneos. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 17, n. 1, p.123-132, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Luciana Martiniano, BARRETO, Maria de Lourdes Mattos; SILVA, Neuza Maria da; SOUZA, Gisele Maria Costa. Concepção de crianças de 4 a 6 anos sobre o consumo de água: uma abordagem baseada no método clínico. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 19, n. 2, p. 57-84, 2008.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; DOULA, Sheila Maria; PINTO, Neide Maria de Almeida; MONTEIRO, Vivian Faria Caixeta. A politização da agroecologia: uma reflexão crítica. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n.02, p. 22-38, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes: Petrópolis, 2009.

LELIS, Michelle; FONTES, Márcia Barroso; PINTO, Isabela Raposo; LINHARES, Adriana Mayrink. Responsabilidade ambiental: percepção de consumidores quanto ao uso de sacolas plásticas em supermercados de Viçosa, MG. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 21, n. 1, p. 24-45, 2010.

LOURES, Alessandra Raquel Martins; SILVA, Neuza Maria da; NETO, João Tinoco Pereira; MARQUES, Nerina Aires Coelho. Análise da decisão de compra de alimentos e do uso e descarte de embalagens dentro de uma perspectiva ambiental. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 79-95, 2003.

MELO, Deyse Lílian de Moura; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; MARQUES, Nerina Aires Coelho; PEREIRA, José Roberto. Avaliação perceptiva dos impactos da implantação de uma unidade de preservação sobre a qualidade de vida da população de seu entorno. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 16, n. 2, p. 91-107, 2005.

OLIVEIRA, Michele Moraes; LUDWIG, Márcia Pinheiro; SILVA, Patrícia Fernanda Gouveia; GRIFFITH, James Jackson. Lixo e trabalho sob o olhar de catadores de material reciclável em Ipatinga, MG. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 19, n. 1, p. 33-52, 2008.

OLIVEIRA, Michele Moraes; LUDWIG, Márcia Pinheiro; SILVA, Patrícia Fernanda Gouveia; GRIFFITH, James Jackson. A sobrevivência como foco: cotidiano e perspectivas de futuro dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 22, n. 1, p. 6-24, 2011.

PINHEIRO, Zuleika A. Câmara, LUDWIG, Márcia Pinheiro. Espaço doméstico e sustentabilidade: um olhar para os homens 'donos de casa'. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 19, n. 1, p. 74-94, 2008.

ROLIM, Renata Souza; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa. "Uns valorizam, outros discriminam": família e sociedade na percepção dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 26, n. 1, p. 205-224, 2015.

SÁ, Laís Mourão. A desorganização criadora: crise ambiental e educação. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 119-137, 2003.

SANT'ANNA, Maria Aparecida de Castro Monteiro; LUDWIG, Márcia Pinheiro; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; OLIVEIRA, Robson José de. Percepção da legislação ambiental pelos pequenos proprietários rurais da micro bacia hidrográfica do Córrego do Grama, município de Coimbra/MG. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 65-100, 2012.

SANTOS, Eliane Cristina; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos. A representação de crianças e adolescentes sobre conceito e formação dos resíduos sólidos. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 20-38, 2014.

SANTOS, Pollyana Martins; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. Política nacional do meio ambiente brasileira: uma análise à luz do ciclo de políticas públicas. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 30, v. 2, p. 211-236, 2019.

SANTOS, Vera Lúcia Martins; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; ALBUQUERQUE, Miriam Abreu; MUNIZ, José Noberto, RIBEIRO, Rita de Cássia Lanes. As interfaces entre a qualidade da água, o estado de saúde e o perfil socioeconômico de membros familiares da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão do Lage, MG. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 16, n. 2, p. 7-28, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Neuza Maria da; MACIEL, Tatiana Mara Ferreira. Atitudes dos estudantes universitários em relação à "simplicidade voluntária" e à preservação ambiental. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 3, p. 51-66, 2007.

SILVA, Verônica Amorim; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Percepção das famílias sobre o desempenho do programa de saúde da família desde a perspectiva da vigilância ambiental. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 20, n. 1, p. 202-222, 2009.

SIMONINI, Maria Lúcia. Apresentação. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 2, 1981.

SOUZA, Elyson Ferreira de; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Os polos agroflorestais em rio branco, acre: uma análise a partir da sua viabilidade econômica e consumo familiar. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 092-112, 2013.